

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 21 DE JUNHO, CONTINUADA NOS DIAS 5 DE JULHO E 12 DE JULHO DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO NOVENTA E TRÊS** -----

----- No dia 12 de Julho de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Miguel Estrompa de Almeida, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Rui Roque, Levi Marques dos Santos, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Manuel de Oliveira Duarte, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa dos Santos Teixeira, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira

Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Sérgio Rui Lopes Cintra, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia Araújo, António Marques Barbacena, Maria Luísa da Cruz Leite, Amélia Maria de Sá Machado Ferreira Simões Dias, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Rui Manuel Santos Matos Alves, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa, José Domingos Pereira Gonçalves, João Gordo Martins. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Carlos Filipe Marques Lima, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Maria Valente, Lourenço Ramos Bernardino, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Cecília da Conceição Simões Sales. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Francisco José Fernandes Martins (PSD), por um dia, não tendo sido substituído.

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Barbacena. -----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- João Henrique Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Fonte. -----

----- Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Nuno Athayde de Carvalhosa. -----

----- Rui Manuel Pessanha da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, por Amélia Maria Simões Dias. -----

----- Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Maria Luísa da Cruz Leite. -----

----- Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, que não foi substituído. -----

----- Alberto Francisco Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, substituído por Sérgio Cintra. -----

----- Ermelinda Lopes da Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, substituída por Rui Matos Alves. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, **o Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, terceira da Sessão Ordinária de Junho. -----

----- Seguidamente, prestou as seguintes informações: -----

----- Que a proposta 373/2005, da SIMTEJO, a pedido da Câmara Municipal, baixava à Primeira Comissão Permanente para análise e elaboração de relatório, com vista à sua discussão no dia 19, a última sessão da presente reunião ordinária. -----

----- Que a proposta 383/2005, Centro de Saúde de Carnide, fora acordado em Conferência de Representantes que seria hoje debatida. A Mesa decidiria, na gestão dos trabalhos, a introdução dessa proposta, se não houvesse desacordo por parte da Assembleia Municipal, de modo a ser discutida e votada. -----

----- Que havia um novo aditamento que seria distribuído para dia 19 de Julho e que, em princípio, teria já a nova versão da proposta 336/2005, das taxas, que fora retirada pela Câmara Municipal na reunião anterior. -----

----- Que na Ordem de Trabalhos de dia 19, como último ponto, faria parte uma proposta apresentada pelo Partido Socialista em Conferência de Representantes e cujo tema era “Debate sobre a problemática do estacionamento na Cidade de Lisboa”. -----

----- Que seria distribuído hoje o relatório sobre a viagem à China e a Macau, com alguns dos anexos, não a totalidade. Seria depois distribuído na totalidade aos líderes e aos presidentes das comissões. Se algum dos Senhores Deputados Municipais quisesse consultar toda a matéria, faria o favor de pedir. -----

----- Que a Deputada Municipal Ana Bela Pires Marques passava a partir da presente reunião a Deputada Municipal Independente, desfilando-se do CDS-PP. -----

----- Que a proposta 383/2005 estava a ser distribuída e solicitava aos Senhores Deputados Municipais que a analisassem, porque, como já informara, logo que possível, se houvesse acordo por parte da Assembleia, iria ser colocada à discussão e votação. -----

----- LANÇAMENTO DE PUBLICAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, tal como havia sido anunciado na reunião anterior, antes de se dar continuação à Ordem do Dia iria proceder-se ao lançamento das duas publicações da Assembleia Municipal resultantes dos colóquios “Exclusão Social” e “Que Mobilidade em Lisboa”. -----

----- Foram produzidas as seguintes intervenções: -----

----- **Sobre a publicação da “Exclusão Social”:** -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, Presidente da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, fez a seguinte intervenção. ---

----- “Nesta sociedade multicultural, nesta sociedade tão plural em que vivemos, a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura achou necessário, empenhou-se e propôs a realização do Colóquio sobre “Exclusão Social, sua problemática e respostas na Cidade de Lisboa”, Colóquio este que teve lugar em 25 de Março de 2004. -----

----- Dado o tempo já decorrido, permito-me recordar os oradores convidados: a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que nos expôs as políticas sociais, nomeadamente as de reinserção social seguidas pela Câmara. -----

----- A Prof. Dra. Manuela Silva, catedrática do ISEG, que nos falou sobre a pobreza e a exclusão social, que deverão ser, que terão de ser prioridades inadiáveis numa agenda política. -----

----- Do programa da luta contra a pobreza esteve connosco a Dra. Maria Eugénia Duarte, que reflectiu sobre os conceitos da exclusão social. -----

----- O Padre Agostinho Jardim falou-nos na Rede Europeia Antipobreza e inquietou as nossas consciências pondo aqui em comum o seu trabalho do dia-a-dia, o seu trabalho empenhado na vida, na dignidade e na justiça para e com aqueles que a sociedade esquece. -----

----- A Dra. Maria José Nogueira Pinto, à data Provedora da Santa Casa da Misericórdia, expôs as políticas seguidas por esta instituição da Cidade de Lisboa. ---

----- Do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, esteve a Prof. Dra. Lucinda da Fonseca que, para além da identificação das dimensões e do fornecimento de indicadores da exclusão social na cidade, nos falou também de medidas que deveriam ser tidas em conta no combate a este flagelo. -----

----- A Directora do Departamento de Acção Social da Câmara, Dra. Rosa Maria Sampaio, fez um histórico da acção que ao longo dos anos a Câmara tem posto no terreno para ajudar a minorar as causas e efeitos deste fenómeno. -----

----- O espelho deste Colóquio está agora no livro que a Assembleia Municipal hoje apresenta: espelho das intervenções dos oradores convidados, espelho do debate rico em ideias, muito participado, quer pelo público em geral, quer pelas Senhoras e Senhores Deputados presentes. -----

----- Gostaria de, nesta apresentação, deixar uma palavra de agradecimento aos funcionários desta Casa, cujo empenhamento, e quase me atrevia a dizer entusiasmo, foi tão importante para que se alcançassem os objectivos a que todas as Deputadas e Deputados da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura se propuseram. -

----- A todos o nosso muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero, em primeiro lugar, felicitar a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura pela realização deste Colóquio, que francamente foi um Colóquio muito interessante onde se pôde debater toda a problemática da exclusão social na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, as minhas palavras são de felicitação para a Comissão e para todos aqueles que estiveram na génese da realização desse debate. -----

----- Quero deixar aqui um apontamento relativamente àquilo que eu considero que foi algo de muito importante que conseguimos fazer durante este período do nosso mandato, que neste momento está praticamente a terminar. -----

----- Como todos sabem, Lisboa é uma cidade que concentra vários problemas de exclusão social, aos quais todos nós, enquanto responsáveis políticos, temos o dever e a obrigação de dar resposta. Prostituição, toxicodependência e sem-abrigo são as principais problemáticas sociais de que nos lembramos quando abordamos o tema da exclusão social. Mas existem muitos outros: idosos no mais completo isolamento, crianças e jovens que por falta de acompanhamento vão para as ruas, abandono escolar e tantos outros problemas que enfrentamos e para os quais urge encontrar respostas. -----

----- Nos últimos anos muito foi feito. Além de parcerias ou protocolos com associações e instituições, o Pelouro da Acção Social empenhou-se em encontrar e aplicar soluções concretas para os vários fenómenos da exclusão social. -----

----- Eu, enquanto Vereadora da Acção Social, tenho que me orgulhar, e posso afirmar aqui hoje que conseguimos melhorar a vida de muitos lisboetas, apesar de ter consciência de que o nosso trabalho não está terminado. Aliás, um trabalho nestas áreas nunca está terminado! -----

----- Tendo como base o nosso programa eleitoral que apresentamos em 2001, aplicamos várias medidas para combater os fenómenos da exclusão social. Passo a citar algumas. Aumentamos as actividades dos tempos livres de forma a que as nossas crianças e jovens estejam ocupadas após o horário escolar. Hoje esta é uma prioridade do Governo, mas, para nós, representa uma prioridade desde o início do nosso mandato. -----

----- Ainda a pensar nas crianças e nos jovens, apostamos em alargar programas como o Praia-Campo, o Roda, as Marchas Populares, o BrincaAgosto, cuja adesão tem vindo a aumentar de ano para ano. Criamos também programas a pensar nos idosos, sobretudo para aqueles que vivem sozinhos, sem o apoio da família e com muitas dificuldades. Não podemos esquecer que a população idosa é facilmente mais excluída e, por isso, programas como o Lisboa Amigo e o Lisboa Porta-a-Porta foram tão importantes. -----

----- No campo da toxicoddependência e prostituição, colocamos no terreno dezenas de equipas cuja função é alertar e prevenir os grupos de risco e ao mesmo tempo sensibilizá-los para mudar de vida. -----

----- Poderia continuar aqui a enumerar as medidas que foram colocadas em prática neste mandato. Prefiro, no entanto, apelar para a necessidade de continuarmos todos juntos a lutar contra todo e qualquer tipo de exclusão social. É certo que o combate à exclusão social faz-se através de medidas concretas, mas é igualmente incontestável que esta luta só se vence através da colaboração e parcerias com associações e instituições, e, acima de tudo, com a ajuda da sociedade civil. -----

----- Neste ponto, quero agradecer a todos os cidadãos de Lisboa que contribuíram no Banco do Voluntariado, que foi um instrumento importantíssimo para combater os fenómenos da exclusão social. -----

----- Quero, ainda, saudar o livro que hoje é aqui apresentado, porque mais do que uma obra ele representa um contributo de reflexão para o combate à exclusão social na nossa cidade, com análises e sugestões relativamente a alguns dos problemas mais prementes existentes em Lisboa. -----

----- Esta cidade constrói-se com a participação de todos, por isso reitero o apelo de que todos juntos deveremos construir uma cidade mais justa e mais equilibrada.” -----

----- **Sobre a publicação “Que Mobilidade em Lisboa”:** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Com o lançamento de mais este livro sobe a 23 os volumes publicados pela nossa Assembleia. Lado a lado já ocupam nas nossas estantes cerca de 30 centímetros, e o número de páginas ultrapassa as 4.000. -----

----- O conjunto de todos estes livros constitui um espólio cultural para que chamamos a atenção. Mantêm-se na maior parte dos livros a transcrição coloquial do que se passou nesta Sala, e aqui temos obrigação de louvar os funcionários da nossa Assembleia, que conseguem transcrever para estas publicações o clima em que decorreram os colóquios. -----

----- Essa linguagem, por vezes, exige mais atenção da nossa parte, mas é muito mais viva. Efectivamente nós podemos, ao folhear este livro, entender que o objectivo deste nosso Colóquio que deu origem ao livro era uma visão humanista dos transportes, uma visão segura, cómoda, que fosse compartilhada por todos os nossos concidadãos, os idosos, as crianças, os inválidos, e dar a entender que este nosso conceito de mobilidade estende o conceito de cidadania e dissolve o conceito de subúrbio. Isto é, com uma boa mobilidade todos nós podemos participar na cidade. ---

----- Esta aspecto é evidente nesta nossa publicação, quando resolvemos anexar a opinião de todas as Juntas de Freguesia da cidade, no que diz respeito aos seus problemas de mobilidade, estacionamento, segurança, etc. -----

----- Pensa a Comissão de Urbanismo, ainda neste mandato, reunir o material suficiente para o chamado Livro Branco do Túnel do Marquês. Eu aqui faço um apelo aos Grupos Municipais no sentido de nos enviarem aquilo que foi solicitado, uma opinião sobre este problema. Temos recebido, de Organizações Não Governamentais, o contributo que solicitamos, e estamos a começar a trabalhar sobre este material. ----

----- Mais uma vez aqui chamo a atenção e louvo os funcionários desta Assembleia que nos forneceram, quase de imediato, aquilo que a Comissão lhes pediu: um extracto de todas as actas da Assembleia em que se falou do Túnel do Marquês e um extracto dos recortes da imprensa. -----

----- Portanto, está nas nossas intenções ainda neste mandato recolher esse material.”

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, na ausência da **Senhora Vereadora Eduarda Napoleão** responsável pelo Pelouro do Urbanismo, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero, em primeiro lugar, felicitar a Assembleia Municipal pela organização deste Colóquio que deu origem a este livro, que se chama “Que Mobilidade em Lisboa – Realidade e Utopia”. -----

----- Neste livro, tanto quanto me pude aperceber, foi abordada a temática de uma melhor mobilidade na cidade. Quero dizer a todas as Deputadas e a todos os Deputados Municipais aqui presentes que a mobilidade foi sempre uma prioridade e um grande objectivo deste Executivo municipal, e um desígnio cada vez mais relevante para Lisboa e para a Região Metropolitana que a Cidade de Lisboa lidera. --

----- Construir um modelo de mobilidade sustentável constitui, aliás, um dos desafios mais estimulantes que hoje se colocam à consciência de quem tem como tarefa a gestão de uma cidade como Lisboa, e uma prioridade para poder garantir a

competitividade de toda a região e de uma área metropolitana liderada por uma cidade como a Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, quero apenas felicitar a Assembleia Municipal e a Comissão organizadora pelo lançamento desta obra, que é uma obra que fica para que todos possamos reflectir os vários contributos que aqui foram lançados neste Colóquio.” ---

----- **Comum às duas publicações.** -----

----- **O Senhor Presidente**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero saudar todos os presentes, e informo a Assembleia que foram convidados todos os oradores e participantes nos dois colóquios para o lançamento destas publicações, que espero que estejam ambas nas mãos de todos os Senhores Deputados e de todos os presentes. -----

----- Nós já apresentamos outras publicações de outros colóquios que entretanto realizamos neste mandato, e quero informar a Assembleia que, provavelmente, – nós gostaríamos de dizer com muita certeza e é isso que vamos tentar – no dia 6 de Setembro apresentaremos aqui as publicações sobre o “Orçamento Participativo”, sobre “Imigração e Minorias Étnicas” e sobre “Políticas Culturais para a Cidade de Lisboa”. Com a Sra. Dra. Paula Levy e com o Sr. Dr. Trindade, que saúdo e a quem quero agradecer todo o esforço empenhado que têm feito para a preparação e saída destas publicações. Obviamente agradeço aos serviços que têm estado a trabalhar nesta área e, portanto, teremos, em princípio, o que resta das publicações deste mandato para apresentar no dia 6 de Setembro. -----

----- Estas duas publicações são essenciais para percebermos as realidades com que nos defrontamos e as propostas que fazemos a nível da Assembleia Municipal, e também da Câmara, na mobilidade e na exclusão social. -----

----- Recomendamos vivamente a sua leitura, como já verificaram a publicação sobre mobilidade contém na parte final um relatório da Comissão Permanente que realizou reuniões preparatórias com os representantes dos operadores de transportes e enviou vários questionários às Juntas de Freguesias. -----

----- A segunda publicação concluiu, tal como a anterior, com um debate intenso que se seguiu às intervenções iniciais. -----

----- Guardamos destes dois colóquios uma memória muito gratificante, sobretudo pela eficácia do trabalhos das duas Comissões na preparação e realização destas iniciativas.” -----

----- Findo o lançamento das aludidas publicações, o **Senhor Presidente** informou que deu entrada na Mesa um Voto de Pesar pelos recentes acontecimentos trágicos em Londres, cuja apresentação merecera o consenso de todos os representantes dos Grupos Municipais, e que era assinado pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (IND), que teve um entendimento com os líderes dos Grupos. -----

----- **Voto de Pesar** -----

---- “No passado dia 7 de Julho o mundo assistiu a mais um bárbaro e sanguinário atentado terrorista, desta feita na Cidade de Londres. Os números até agora conhecidos apontam para 52 mortes e cerca de 700 feridos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 12 de Julho de 2005, delibera: ----

----- Condenar este bárbaro atentado terrorista. -----
----- Manifestar a sua solidariedade ao povo britânico e guardar um minuto de silêncio pelas vítimas. -----
----- Dar conhecimento deste Voto de Pesar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, à Embaixada do Reino Unido em Portugal e publicar este Voto num jornal diário.” -----
----- O Senhor Presidente, finda a leitura, procedeu à votação do Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----
----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das vítimas do atentado. -----
----- FOI DISTRIBUÍDO MAIS UM ADITAMENTO COM OS SEGUINTE PONTOS: -----
----- Ponto 25 - Proposta 393/2005; -----
----- Ponto 26 - Proposta 397/2005; -----
----- Ponto 27 - Proposta 398/2005; -----
----- Ponto 28 - Proposta 399/2005; -----
----- Ponto 29 - Proposta 336/2005; -----
----- Ponto 30 - Proposta 373/2005; -----
----- Ponto 31 - Debate sobre a problemática do estacionamento na Cidade de Lisboa. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 17 – PROPOSTA 354/2005 - APROVAR A ALTERAÇÃO DO PONTO 4 DA DELIBERAÇÃO N.º 87/AM/01, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 354/2005 -----

----- “Considerando que: -----
----- Nos termos dos Estatutos da EMEL carecem da aprovação da Câmara Municipal de Lisboa o Relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como parecer do fiscal único; -----
----- O Conselho de Administração da EMEL submeteu o Relatório de Gestão e Contas, do ano de 2004, à apreciação desta Câmara; -----
----- Não se alteraram a maioria dos pressupostos que levaram à aprovação da Proposta n.º 391/CM/01 (Deliberação n.º 87/AM/01), que se anexa e se dão aqui por reproduzidos; -----
----- Apesar da situação económico-financeira da EMEL estar a evoluir favoravelmente, não justifica contudo uma alteração ao quadro existente em termos de pagamentos como contrapartida de cedência da gestão dos espaços de estacionamento a dar à Câmara; -----
----- Temos a honra de propor que a Câmara delibere: -----
----- Nos termos conjugados da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da EMEL, aprovar

o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2004, apresentado pelo Conselho de Administração da EMEL, o qual se junta em anexo e faz parte integrante desta proposta; -----

----- Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a alteração do ponto 4 da Deliberação n.º 87/AM/01(Proposta n.º 391/CM/01), publicada no Boletim Municipal n.º 405, de 22 de Novembro de 2001, nos seguintes termos: -----

----- «4 – Fixar em 25%, o montante das receitas brutas decorrentes da exploração de estacionamento pago, que a EMEL terá de pagar à CML, em condições e prazos a definir pela Câmara, como contrapartida de cedência da gestão desses espaços, relativamente aos anos civis de 2004 e 2005.» -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 354/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PPM e Deputados Municipais Independentes, votos contra do PCP, PEV e BE e a abstenção do PS, . ----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta porque desde o início que foi contra a criação da EMEL. Não entendemos a necessidade de existir uma empresa municipal para fazer o trabalho para que a Câmara existe legalmente, como é, por exemplo, tratar do trânsito e do estacionamento. -----

----- Não entendemos a necessidade de existirem empresas municipais com 100% de capital da Câmara, para fazerem aquilo que a Câmara devia fazer. -----

----- Foi-nos dito várias vezes que isso era feito porque teria uma estrutura própria e que iria, inclusivamente, arranjar receitas para a Câmara. A prática disse-nos que receitas para a Câmara são zero e a Câmara a injectar dinheiro na EMEL quase constantemente e, portanto, nós votámos contra. -----

----- Agora vem uma proposta, quando nos convenciam que a EMEL ia dar 50% das receitas das “moedinhas”, do mealheiro da Cidade de Lisboa, à Câmara, agora vêm dizer que já não pode ser 50% e tem que ser 25. -----

----- Eu gostava um dia de fazer aqui um exercício com os Senhores Deputados Municipais, nomeadamente os dos partidos do centro político deste País que têm estado no Governo ao longo destes anos, porque vêm sempre dizer que é preciso os cidadãos pagarem mais impostos e esquecem-se de dizer onde é que gastam o dinheiro. Se os Senhores Deputados Municipais atendessem a que há 325 empresas municipais com 100% de capital das câmaras para fazer aquilo para que as câmaras foram criadas no País, segundo a Associação Nacional de Municípios, se atenderem a que dessas empresas municipais todas têm entre 3 a 7 administradores, se atendermos ao que esses administradores recebem, mais os custos que têm para a empresa, mais os *overheads* que eles cobram porque têm que ter secretárias, carros, cartões, telefones, sedes, etc., o que significa que cada administrador nunca custará menos de 2.500 a 3.000 contos por mês, para falarmos em moeda antiga que todos entendemos,

se multiplicarmos isto por apenas 5 administradores por empresa municipal, se multiplicarmos isto por 325 empresas municipais com 100% de capital das câmaras municipais, se multiplicarmos por 14 meses, que é quanto recebem essas pessoas, se multiplicarmos por 4 anos, estamos a falar de 300 milhões de contos que podiam ser poupados ao erário público. -----

----- Depois vêm dizer que é preciso subir o IVA. É por isso que votamos contra.” ----

----- **PONTO 18 – PROPOSTA 360/2005 - APROVAR A ABERTURA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL) PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DO MERCADO DA RIBEIRA”; ASSIM COMO APROVAR O PROGRAMA DO CONCURSO, O CADERNO DE ENCARGOS E OS RESPECTIVOS ANEXOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº22º DO DEC-LEI Nº197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº1 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 360/2005 -----

----- “Mercados municipais -----

----- Proposta de abertura de concurso público internacional para fornecimento dos serviços de vigilância das instalações municipais do mercado da ribeira pelo período de doze meses prorrogável até ao triénio subsequente com início a 2006/01/01 -----

----- Considerando que a ultima renovação do contrato de Prestação de Serviços de Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira termina no dia 31/12/2005; -----

----- Considerando que é imprescindível continuar a garantir-se a Vigilância daquele Mercado a partir daquela data. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação de Assembleia Municipal: -----

----- 1. Autorizar a abertura do procedimento administrativo (Concurso Público internacional) para o "fornecimento dos Serviços de Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira pelo período de doze meses prorrogável até ao triénio subsequente com início a 2006/01/01", nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 e nº 2 do artigo 78º e nº 1 do artigo 80º, ambos do Decreto - Lei nº 197/99 de 8 de Junho, pelo valor estimado 265.000,00€ que, nos termos do ponto 2.3.4.2. da alínea d) do Decreto - Lei nº 541/99 de 22 de Fevereiro, a despesa constituirá um encargo para o ano económico de 2006 e triénio subsequente e deverá ser considerada na rubrica orçamental 02.02.18 da orgânica 08.00. -----

----- 2. Aprovar o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos e respectivos anexos que acompanham a presente proposta. -----

----- 3. Proceder, nos termos do artigo 90º do Decreto - Lei nº 197/99, de 8 de Junho à designação do Júri ao qual competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

----- Membros Efectivos: -----

----- Presidente: Dr^a Cristina Sabino (Divisão de Gestão de Mercados e Lojas) -----
 ----- 1º Vogal: Dr^a Tatiana Duarte Santos Silva (Divisão de Aprovisionamentos) -----
 ----- 2º Vogal: Dr António Carreto (Divisão de Gestão de Mercados e Lojas) -----
 ----- O primeiro Vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas falhas e impedimentos. -----
 ----- Membros Suplentes: -----
 ----- 1º Vogal: Dr^a Maria Glória Sarmento (Divisão de Aprovisionamentos) -----
 ----- 2º Vogal: Dr^a Ascensão Moleiro (Divisão de Gestão de Mercados e Lojas) -----
 ----- 1. Delegar, ainda, nos termos do nº 3 do artigo 108º do Decreto - Lei nº 197/99, de 8 de Junho, no Júri do concurso, designado no número anterior, a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes. -----
 ----- 2. Autorizar o envio do presente processo à Divisão de Aprovisionamentos da Direcção Municipal dos Serviços Centrais, a fim de se dar cumprimento aos efeitos previstos no nº 1 do artº 16º do Regulamento do Orçamento.” -----
 ----- (O Programa do Concurso, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado junto da proposta nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----
 ----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 360/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----
 ----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----
 ----- **PONTO 19 – PROPOSTA 244/2005 - APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AJARDINAMENTOS DA AVENIDA DA LIBERDADE”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº22º DO DEC-LEI Nº197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº1 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----
 -----PROPOSTA Nº 244/2005 -----
 ----- “Considerando que através da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 30.06.2004, que recaiu sobre a Proposta nº 479/CM/2004, foi aberto o Concurso Público Internacional para a "Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Ajardinados da Avenida da Liberdade" (Processo nº 19/CPI/2004); -----
 ----- Considerando o relatório final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho; --
 ----- Considerando, ainda, que o prazo da prestação de serviços é de quatro anos (um ano, prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de quatro anos); -----
 ----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----
 ----- I: Adjudicar à empresa Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. o Concurso Público Internacional para a "Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Ajardinados da Avenida da Liberdade" pelo montante global de €

1.313.760 (com o IVA incluído à taxa legal de 19%), nos termos do disposto no artigo 54º e no nº 2 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho; -----

----- II: Submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no Orçamento em vigor, a repartição do encargo de € 1.313.760 (Códigos: do Plano 03/04/A102/01, Económico: 02.02.25, Orgânico: 09.01 do Orçamento em vigor) da seguinte forma, (já devidamente enquadrada na proposta da 10ª Alteração Orçamental, a submeter igualmente à apreciação da Câmara na sessão de 16 de Maio de 2005): -----

----- 2005 : € 109.480 (IVA incluído); -----

----- 2006: € 328.440 (IVA incluído); -----

----- 2007: € 328.440 (IVA incluído); -----

----- 2008: € 328.440 (IVA incluído); -----

----- 2009: € 218.960 (IVA incluído) -----

----- III.- Aprovar a minuta do contrato da "Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Ajardinados da Avenida da Liberdade", que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, nos termos do disposto no artigo 64º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 244/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP, PPM e dois Deputados Municipais Independentes, votos contra do PCP e abstenções de PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 20 – PROPOSTA 357/2005 - APROVAR O PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL “LX – REHABITAR O CENTRO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº2 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA N 357/2005 -----

----- “Considerando que: -----

----- Nas últimas décadas se assiste a um progressivo abandono da população residente na cidade de Lisboa que opta, cada vez mais, pelos concelhos limítrofes para iniciar ou prosseguir a sua vida; -----

----- Esta perda é mais acentuada na zona central da cidade e é particularmente grave nos seus Bairros Históricos, com uma população envelhecida e um património edificado degradado; -----

----- - Através da reabilitação do seu próprio património e da criação de condições para atrair jovens para habitar e trabalhar nas zonas históricas, o Município assume um papel activo na dinâmica da revitalização e dinamização destas zonas emblemáticas da cidade; -----

----- - Através do Regulamento do Programa LX-ReHabitatar o Centro, anexo à presente proposta, o Município estabelece as condições de arrendamento de fogos e de espaços comerciais municipais reabilitados, com rendas acessíveis, 25% abaixo do valor de

mercado, a jovens que residam fora de Lisboa, mas que estudem ou trabalhem no concelho e, ainda, a jovens que residam em Lisboa e pretendam aceder à sua primeira habitação; -----

----- O Programa LX-ReHabitat o Centro constitui um instrumento fundamental para estimular a fixação das populações e garantir o desenvolvimento sustentado, contribuindo para a requalificação e revitalização dos bairros e do tecido urbano em geral; -----

----- Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que delibere: -----

----- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Projecto de Regulamento Municipal do Programa LX-ReHabitat o Centro que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, nos termos dos artigos 238.º, n.ºs. 1 e 3 e 241.º da Constituição da República, dos artigos 53.º, n.º 2, a) e 64.º, n.º 6, a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do art.º 116.º do Código de Procedimento Administrativo.” -----

----- **A Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana apresentou o Relatório que a seguir se transcreve:** -----

----- RELATÓRIO -----

----- PROPOSTA 357/2005 – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA LX-REHABITAR O CENTRO -----

----- “Por decisão da Assembleia Municipal, de 05 de Julho de 2005, a Proposta n.º 357/2005 – Projecto de Regulamento Municipal do Programa LX-ReHabitat o Centro, baixou à Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, para análise. -----

----- A Comissão reuniu em, 07 de Julho de 2005, e analisada a Proposta em referência e o Regulamento anexo, congratula-se por a Câmara Municipal ter a preocupação de criar condições para o regresso a Lisboa de jovens, quer para aqui residirem quer para se estabelecerem comercialmente. -----

----- Analisado o Regulamento respectivo do Programa LX-ReHabitat o Centro, sugerimos as seguintes alterações: -----

----- Artigo 4.º, n.º 2 – O anúncio é publicado no Boletim Municipal e divulgado na Internet, no sítio da CML (www.cm-lisboa.pt), em dois jornais diários de grande circulação nacional, num jornal semanário de grande circulação nacional, e por outros meios, designadamente, afixação de editais nas sedes das Juntas de Freguesia das áreas dos imóveis a arrendar e centro de emprego. -----

----- Artigo 5.º, n.º 2 – O contrato referido no número anterior poderá, no entanto, ser renovado por mais um ano no caso do arrendamento dos fogos, e por mais 3 anos no caso dos espaços comerciais, desde que o arrendatário o solicite, por escrito, com a antecedência mínima de 90 dias antes do termo do prazo. Findo estes prazos poderá ser estabelecido novo contrato de arrendamento, adaptado aos valores vigentes no mercado. -----

----- Artigo 6.º - Em cada bolsa de arrendamento, as rendas são fixadas através de uma avaliação dos imóveis, por entidade independente designada pelas Comissões de

arrendamento referidas no art.º 10.º e art.º 19.º tendo por referência o seu valor de mercado reduzido em 25%. -----

----- Artigo 8.º, n.º 1, alínea d) – Trabalhar ou estudar ou residir na área do Município de Lisboa desde que, neste caso, pretendam aceder à sua primeira habitação. -----

----- Artigo 10.º, n.º 1 – Será constituída uma Comissão de arrendamentos habitacionais composta por 5 membros, um dos quais presidirá, 3 designados pelos Vereadores com os Pelouros da Habitação, Património Imobiliário, e da Reabilitação Urbana, e 2 eleitos pela Assembleia Municipal, responsável por todos os procedimentos relativos à abertura do Programa, nomeadamente, pela publicação do anúncio referido no art.º 4.º, recepção e análise das candidaturas, sorteio, até à celebração dos contratos de arrendamento dos fogos. -----

----- Artigo 16.º, n.º 1, c) – Não possuam espaço comercial no bairro respectivo. -----

----- Artigo 19.º - Será constituída uma Comissão de arrendamento de espaços comerciais composta por 5 membros, um dos quais presidirá, designados pelos Vereadores com os Pelouros da Habitação, da Reabilitação Urbana, e do Património Imobiliário, e 2 eleitos pela Assembleia Municipal, encarregue de todos os procedimentos relativos à recepção, análise e selecção das candidaturas dos espaços comerciais, até à celebração dos contratos de arrendamento.” -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra na qualidade de representante da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, começou por dizer que por impossibilidade do Presidente da Comissão estar presente, o próprio delegara em si a apresentação do relatório. Passava a fazer um resumo daquilo que se considerara mais pertinente: -----

----- Tinha-se considerado que a divulgação também devia ser feita junto dos centros de emprego. -----

----- A proposta dizia que havia um último prazo fixo a partir do qual não podia haver novo contrato de arrendamento. Entendeu-se que podia haver novo contrato de arrendamento, mas aos valores de mercado, visto considerar-se que a bolsa de arrendamento não seria só para agora, havia mais prédios que sucessivamente iriam sendo recuperados e, portanto, novas bolsas iriam sendo constituídas, novos jovens poderiam ir para outros locais. Poder-se-ia ainda dar a possibilidade aos que estavam na primeira bolsa de permanecerem passados uns anos, já não com bonificação, mas com um valor comparável ao de mercado. -----

----- Também se entendeu que as rendas deviam ser fixadas através de uma entidade independente designada pelas comissões de arrendamento que eram referidas nos artigos 10º e 19º. -----

----- Tinha-se ainda considerado que não estava bem formulado, aliás, devia ter sido uma gralha, uma vez que na acta da discussão em Câmara e na própria proposta, no seu preâmbulo, via-se que a formulação não estava muito correcta, uma vez que dava o acesso à bolsa de arrendamento a jovens que vivessem no Concelho de Lisboa. Entendeu-se que nesse caso, no art.º 8º, nº1, alínea d), seriam jovens que, sendo de Lisboa, pretendessem aceder à sua primeira habitação. -----

----- Considerou-se ainda que os elementos que constituíam as comissões de arrendamento, tanto no caso habitacional, como no caso de arrendamento, deveriam ter na sua composição, além das três pessoas designadas pelos Vereadores dos pelouros da habitação, da reabilitação urbana e do património imobiliário, deviam ter também 2 elementos eleitos pela Assembleia Municipal. -----

----- Por outro lado, relativamente aos que pretendessem estabelecer-se, dizia-se que “podem concorrer desde que não possuam espaço comercial na Cidade de Lisboa”. Entendeu a Comissão que devia ser “não possuam espaço comercial no bairro respectivo”. Tinha até sido dado o exemplo de poder haver um artesão que gostasse de ir para um bairro histórico e tivesse um espaço comercial noutra local de Lisboa, mais periférico. -----

----- Era essencialmente esse conjunto de alterações que a Comissão tinha decidido propor. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, disse que a Câmara não via qualquer inconveniente. Como era sabido, fora um Regulamento elaborado simultaneamente pelo seu gabinete e pelo gabinete da Senhora Vereadora Eduarda Napoleão e que não era muito diferente daquele que existia e que já estava em prática na EPUL, nem era muito diferente, independentemente das circunstâncias serem outras, daquele que foi adoptado para os fogos municipais que foram construídos nas Galinheiras. Aí era uma questão diferente, porque eram para venda. --

----- Parecia-lhe que todas as propostas seriam perfeitamente aceitáveis, porque a grande prioridade da Câmara passava exactamente pela recuperação dos imóveis e por pô-los no mercado, basicamente para jovens. -----

----- As propostas eram questões de pormenor que a Câmara estava disponível para aceitar, até porque não alteravam substancialmente o Regulamento. A questão que era levantada de se poder proceder a um novo arrendamento após 5 anos a preços de mercado, parecia-lhe justo. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que com as alterações propostas pela Comissão o PCP não tinha objecções a que a proposta fosse aprovada. No entanto, parecia-lhe pertinente focar um aspecto importante, de que um dos objectivos da coligação, anunciado logo no princípio e no seu programa eleitoral, era trazer jovens para a cidade e ao fim de 4 anos constatava-se que nada do prometido fora cumprido. -----

----- A proposta, que era importante, do apoio ao arrendamento, traduzia-se apenas numa gota no oceano. Eram umas dezenas de fogos para pouco mais de uma centena de pessoas que viriam para Lisboa, aquelas que vissem efectivamente de fora do Concelho de Lisboa. Portanto, a proposta era positiva, mas reflectia bem o fracasso que vinha sendo a gestão de trazer os jovens para a cidade. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa** disse que não podia deixar de responder porque, como todos sabiam, quem esteve responsável pela reabilitação urbana durante muitos anos na Câmara de Lisboa, e não estava a falar em 4 anos mas sim em 12, tinha sido exactamente o PCP. Aquilo que se encontrou, ao chegar à Câmara de Lisboa, foi uma cidade completamente abandonada, sem qualquer

regulamento de habitação para jovens e sem qualquer preocupação de criar habitação para jovens. Encontrou-se apenas uma proposta de uma cooperativa que, infelizmente, nem sequer foi possível levar por diante, dada a indisponibilidade financeira dos próprios cooperantes que se tinham constituído. -----

----- A actual maioria encontrou a cidade completamente degradada, com casas a cair, andaimes que se perpetuavam, pessoas deslocadas dos bairros históricos havia mais de 10 anos, com subsídios de renda pagos pela Câmara durante 10 anos. Portanto, parecia-lhe que se alguém não tinha moral para levantar essa questão era exactamente o PCP, que fora o grande responsável pela reabilitação urbana na Cidade de Lisboa. -

----- Disse que tinha sido feito mais em 3 anos, em termos de reabilitação, do que o PCP tinha feito em 12 anos. Mais, o Sr. Deputado Municipal Feliciano David não viesse dizer que relativamente a habitação para jovens nada fora feito, porque construíram-se 910 fogos a custos controlados na zona da Ameixoeira e das Galinheiras, a que concorreram cerca de 3 mil jovens. -----

----- No âmbito da reabilitação urbana, todos os prédios que estavam a ser reabilitados, uns pela EPUL e outros pela Câmara, eram todos programas iniciados durante o actual Executivo e, portanto, se havia alguém que estava a trazer jovens para a Cidade de Lisboa era exactamente o actual Executivo durante 3 anos e meio, contrariando tudo aquilo que não foi feito durante os 12 anos de abandono da reabilitação na Cidade de Lisboa. -----

----- Era por isso que agora surgia um regulamento, quando nunca tinha aparecido um regulamento porque nunca tinha havido a preocupação de trazer jovens para a Cidade de Lisboa. Agora, que se estava a tentar trazer os jovens para a Cidade de Lisboa, vinham criticar que eram meia dúzia. Eram os possíveis, porque foram encontrados muitos problemas na Cidade de Lisboa, encontraram-se problemas no Bairro da Liberdade, encontrou-se o Bairro das Calvanas para resolver, encontraram-se inúmeros problemas para construir as vias centrais, como o Eixo Norte-Sul ou a CRIL, encontraram-se pátios e edificios municipais completamente degradados. Portanto, teve que se proceder a muitos realojamentos e dar prioridade aos inquilinos municipais, só depois de realojar toda essa gente é que se pôde passar à reabilitação. -

----- Parecia-lhe perfeitamente injusto e era uma questão que nem devia ser colocada, porque se algo tinha sido feito durante o actual mandato foi exactamente tentar que os jovens, através da reabilitação e da nova construção, pudessem cada vez mais deslocar-se para a Cidade de Lisboa, contrariamente àquilo que não foi feito durante os 12 anos anteriores. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que a Senhora Vereadora referira não haver moral para protestar, mas a colocar assim o problema revelava bem o que de acinte tinha ao retorquir. Não era assim que se colocavam os problemas. A Assembleia Municipal estava numa acção de fiscalização, que era o que lhe competia. -----

----- A anterior coligação tivera uma primeira prioridade, que era a habitação social, e tinha construído 20 mil fogos, gastando mil milhões de euros só na habitação social.

O Orçamento de 2001 tinha 30 % só para habitação social, sem falar nos grandes problemas estruturais das infra-estruturas viárias e do saneamento. -----

----- Quando a Senhora Vereadora falava nos mais de 900 fogos da Ameixoeira, isso era trabalho também anterior e devia referir isso. Não era correcto referir como trabalho iniciado pela actual coligação. -----

----- Podia citar números do trabalho feito na reabilitação urbana, que era uma grande mistificação. Se somasse, nos luxuosos documentos que acabava de publicar, os fogos concluídos de propriedade da Câmara, eram 64. Podia tirar essa dúvida nos bairros históricos de Lisboa, significava menos de 20 por ano. Evidentemente que havia reabilitação urbana, mas tinha sido fundamentalmente feita pelos privados e havia muitas razões para que isso pudesse acontecer. -----

----- A prioridade do actual Executivo ficou muito limitada. Nos 3 primeiros anos, a verba destinada a reabilitação urbana foi de 4,7% da dotação dos planos de actividades. Isso era irrefutável e, portanto, fazia-se um grande efeito eleitoral, mas não era a realidade. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para um contraprotesto, disse que não era uma pessoa que gostasse de omitir a verdade. Nunca a tinham ouvido dizer que não tinha sido feito um grande esforço pelo Partido Socialista, inclusivamente pelo Senhor Vereador Vasco Franco, em termos de habitação social. O que a estavam a ouvir dizer hoje era que o Partido Comunista, que fora o responsável pela reabilitação urbana na Cidade de Lisboa, nada tinha feito em termos de reabilitação urbana. Eram coisas diferentes. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Feliciano David falava em 40, 50, 60. Fossem os que fossem. O PCP não tinha um reabilitado, deslocaram as pessoas dos bairros históricos durante anos e anos, pagando-se as rendas. Estavam neste momento a voltar para as suas casas, depois de estarem anos deslocados das zonas onde viviam, com subsídios de renda. -----

----- Não tinha números, até porque a área da reabilitação não era sua, mas o PCP não tinha nada a apontar em termos de reabilitação urbana. Esse era o grande problema com que eram diariamente confrontados, porque quando tiveram a responsabilidade da reabilitação urbana nada fizeram na Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por perguntar quem estava a representar a Câmara Municipal ao que o Senhor Presidente, depois de perguntar aos membros da Câmara presentes, respondeu que e a representação estava a cargo da Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, continuando, disse que a Câmara Municipal estava muito bem representada. No entanto, registava de novo a ausência do Senhor Vice-Presidente, Vereador Carmona Rodrigues. -----

----- Em relação à proposta, aquilo que lhe parecia mais importante registar era que a Câmara Municipal conseguia apresentar no final do mandato o Regulamento. Era uma matéria que registava com muito agrado, porque o PS andava a dizer havia muito tempo, desde o início do mandato, como tinha dito também no mandato passado, que era necessário fazer um grande investimento para que Lisboa voltasse a ter novas

habitações, sobretudo para que se conseguisse trazer gente jovem para habitar na Cidade. Portanto, registava com muito agrado a apresentação pela Câmara Municipal de Lisboa, no actual momento, dessa proposta. -----

----- Aquilo que queria registar era exactamente a morosidade, ou seja, o facto de se estar a terminar mais um mandato e ser apenas nesse momento que a Câmara conseguiu apresentar o Regulamento. Isso era muito importante, porque a Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa tinha feito mais uma vez um magnífico esforço para uma coisa que tinha vindo a fazer desde o início do mandato, que era apagar fogos na CML, o que tinha feito bem. O PS reconhecia o esforço e a mais-valia que representava para a equipa do Dr. Santana Lopes, mas toda a gente percebia que, pese embora o esforço denodado que apresentava, era difícil justificar tudo o que não foi conseguido realizar pela maioria municipal. -----

----- Já tinha tido oportunidade de dizer num debate realizado sobre reabilitação urbana, onde a Assembleia Municipal fora inundada por números, tivera oportunidade de solicitar à Senhora Vereadora e ao Senhor Vice-Presidente Carmona Rodrigues o obséquio de entregarem na Mesa da Assembleia os números com que se estava a ser inundado. O Senhor Presidente da Assembleia estaria certamente recordado desse pedido, que fora imediatamente aceite pela Câmara e, passados alguns meses, continuava-se sem receber esse processo, tanto quanto sabia. -----

----- Queria através do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa, que, ao contrário do Vereador Carmona Rodrigues, não se iria esquecer, queria voltar a pedir que a Assembleia Municipal, no seu legítimo direito, recebesse a informação que tinha sido assumido que seria entregue com a maior urgência e que, passados meses e meses, não se recebeu. Essa não era uma forma de respeitar o que era solicitado pela Assembleia Municipal, sobretudo quando o Senhor Vereador que estava em representação da Câmara e a assumir a Presidência nessa altura respondeu que rapidamente iria satisfazer o pedido. Portanto, queria registar o seu desagrado por mais um incumprimento por parte do Vereador Carmona Rodrigues. -----

----- Queria também chamar a atenção de que nesse mesmo dia tivera oportunidade de referir que os números apresentados eram muito aliciantes, que realmente faziam monta, eram muito eloquentes e a questão que se colocava, e por isso era importante a análise dos quadros, era que explicassem o que representavam os números. Tanto mais que se ia verificando diária e quotidianamente pela Cidade os grandes painéis com o investimento da Câmara Municipal. Nos painéis referia-se o grande investimento feito pela Câmara Municipal e num cantinho aparecia que a Câmara Municipal fez ao longo do mandato 264 obras de intimação e de obras coercivas, mas isso era muito pouco, sobretudo para aquilo que pretendiam apresentar como a grande “jóia da coroa” do mandato, que realmente não era. -----

----- Dito de outra forma, se calhar era, porque, infelizmente para a Cidade de Lisboa, havia tão pouco para mostrar que esse pouquinho era uma coisa digna de registo. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a proposta do PCP já tinha sido assumida quanto à proposta, aliás, tinha participado na Comissão e contribuído com

propostas que levaram às alterações. Portanto, caso a Câmara Municipal de Lisboa aceitasse as propostas, como já fora anunciado que aceitava, o PCP votaria a favor, tendo em conta alguns ajustamentos. Era uma proposta que do ponto de vista do PCP estava necessitada de algumas alterações. -----

----- Em relação à intervenção da Senhora Vereadora, porque não tivera o cuidado de se referir à proposta, dissera apenas que estava de acordo com as propostas apresentadas, fez um discurso sem qualquer sentido para a discussão que se estava a fazer. A Senhora Vereadora já tinha habituado a esse tipo de intervenção, sempre com um sentido de ataque ao PCP. -----

----- Disse que, em relação à reabilitação urbana, a Câmara recebeu cerca de 10 mil prédios reabilitados. Havia documentação específica em relação a isso e, portanto, era escusado estar-se com rodeios. A Senhora Vereadora sabia que a Vereação anterior, a Coligação Mais Lisboa, teve algumas prioridades que decidiu durante o seu mandato e o que se tratava era de algumas prioridades que foram decididas na Câmara Municipal de Lisboa anterior. Uma delas foi a reabilitação, ou seja, os alojamentos dos bairros degradados, sendo que muitos milhares de casas foram construídas. -----

----- Essa era uma função da Câmara Municipal de Lisboa e para isso teve que haver prioridades. Se havia prioridades de um lado, havia a retirada de outra área e aceitava-se conscientemente essas prioridades, de acabar com as barracas na Cidade de Lisboa e as infra-estruturas viárias. -----

----- Perguntou o que seria hoje a Cidade de Lisboa se não tivesse passado pela CML a Vereação anterior. Perguntou quais eram as infra-estruturas viárias que existiam na Cidade de Lisboa e qual a situação em relação às barracas. -----

----- A Senhora Vereadora vinha dizer que tinha realojado, mas realojou em habitações que já estavam construídas ou em fim de construção. Isso era como o cuco, era “pôr os ovos no ninho dos outros pássaros”. A actual Vereação também pretendia “pôr os ovos no ninho dos outros”. -----

----- Perguntou o que era feito do projecto do Martim Moniz. A actual Vereação tinha destruído o projecto do Martim Moniz, que tinha como objectivo o alojamento do EPUL-Jovem. Hoje havia barracas no Martim Moniz. -----

----- Perguntou onde estavam as casas da Rua das Açucenas, ou as de Campolide, que foram demolidas. Era um conjunto de intervenções negativas por parte da actual Vereação, que vinha vangloriar-se de situações que eram da Vereação anterior. A Senhora Vereadora devia ter mais cuidado em relação às suas intervenções, porque de facto não tinha razão para as fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que uns tempos atrás o PCP era acusado de ser permanentemente a “cassete vermelha”, mas a Senhora habitou desde o princípio do mandato a ser a “cassete laranja”, porque vinha permanentemente dizer que herdou tudo muito mal e não se passava daí. Havia de se chegar ao último dia do mandato e a Senhora Vereadora havia de estar com desculpas de que tudo para trás era muito mau. Essa “cassete” tinha um prazo de validade que já terminara. -----

----- A Senhora Vereadora tinha falado nos 910 fogos da Ameixoeira, mas esquecera-se de dizer que era um projecto que já vinha do passado. Não era no actual mandato que as casas seriam atribuídas, as escrituras não seriam realizadas no actual mandato, os 910 fogos não eram do actual mandato. -----

----- Também se falava em trazer jovens para a cidade, mas só na Freguesia de Carnide no mandato anterior, ao abrigo do Programa EPUL-Jovem, foram construídos e habitados 600 fogos para jovens. -----

----- Dizia-se que havia necessidade de fazer realojamentos e era verdade que tinha feito o realojamento do Vale do Forno, mas havia muito tempo que se aguardava o que estava no Plano em 2001 e que havia fogos para isso, que era o realojamento do parque dos artistas de circo, que eram apenas 30 e tal fogos para realojar e a Senhora Vereadora não tinha conseguido fazer esse realojamento. -----

----- Falava-se muito em reabilitação urbana, mas convidava a Senhora Vereadora a dizer quantos fogos tinha reabilitado no Centro Histórico de Carnide. Era zero. Havia um plano de urbanização para aquela zona que estava na gaveta desde 2001 e não houve capacidade de o submeter à Assembleia Municipal e de o aprovar. Portanto, de reabilitação urbana em Carnide estava tudo falado. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por saudar o facto da Câmara ter aceite as propostas de alteração que a Comissão analisou e propôs. -----

----- Queria apenas fazer uma recomendação à Câmara, se a Senhora Vereadora o permitia. A Senhora Vereadora podia discutir os passados todos, até podia discutir quem tinha mais berlindes, mas estava-se a discutir um problema mais sério que isso. Apesar da Câmara continuar a dizer que não tinha números oficiais, estava escrito nos documentos da Câmara, e continuava a referir-se a eles, 70 mil casas devolutas abandonadas, para além dos milhares de prédios que a Câmara dizia existirem, estragados e devolutos. Portanto, podia-se continuar a discutir quem teria mais berlindes no bolso e quem teria o abafador para levar mais berlindes do outro, mas não se resolvia o problema de fundo. -----

----- O BE vinha fazendo propostas concretas, nomeadamente para exigir junto do Governo meios legais e financeiros para se conseguir recuperar a Cidade de Lisboa e trazer os jovens, uma vez que se estava a falar de 70 mil fogos abandonados. O BE tinha feito uma proposta que fora aprovada pela maioria e na quinta-feira seguinte a Assembleia Municipal seria recebida pelo Secretário de Estado do Ambiente, exactamente para discutir os meios financeiros e legais para recuperar a Cidade de Lisboa. Perguntou o que é que a Câmara tinha feito para conseguir fazer isso junto do Poder Central, quando se sabia que a Câmara tinha como seu Vice-Presidente alguém que fora Ministro das Obras Públicas do Governo e como Presidente alguém que já fora Primeiro-Ministro. -----

----- Essa era a realidade concreta, tinha que se resolver o futuro. Pedia muita desculpa, mas de passado já estava cheio. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa** disse que não sabia jogar ao berlinde e, portanto, não sabia tratar do abafador. -----

----- Parecia-lhe que alguns dos Senhores Deputados Municipais tinham a memória curta. Primeiro tinha ouvido o Deputado Municipal António Cunha dizer que no anterior mandato se recuperaram 10 mil prédios. Isso devia ser um equívoco, não sabia se estaria a falar da Cidade de Lisboa ou de outro país, porque não estava a ver onde estariam 10 mil prédios, por mais óculos que pusesse. Se calhar estava a falar de 10 mil pequenas reparações em fogos de habitação social, mas mesmo assim não acreditava, porque encontrara os fogos de habitação social tão degradados que não acreditava que tivessem sido feitas 10 mil reparações. -----

----- Relativamente à questão dos 70 mil fogos devolutos na Cidade de Lisboa, o Deputado Municipal Carlos Marques sabia perfeitamente que teve que se enveredar por obras coercivas, posses administrativas, processos morosos e muito complicados. No entanto, não de podia esquecer algo de que se podia orgulhar, pois fora a actual Câmara, mais uma vez com o voto contra do Partido Comunista, que criou as três sociedades de reabilitação urbana na Cidade de Lisboa, a da Baixa, a de Alcântara-Ajuda e a da Zona Oriental, contra a vontade dos Senhores Presidentes de Junta, que achavam estar tudo tão degradado na zona oriental da cidade. Essas sociedades foram criadas, estavam em marcha e destinavam-se a agilizar todos os meios para que a reabilitação urbana se tornasse uma realidade na Cidade de Lisboa. -----

----- Não aceitava lições de ninguém em termos de reabilitação. Fez-se aquilo que podia ser feito nos últimos três anos e meio, contrariamente ao que não foi feito durante os 12 anteriores. Alguém que vinha à Assembleia Municipal votar contra as sociedades de reabilitação urbana, que eram os mecanismos mais ágeis para se proceder à reabilitação urbana, virem hoje criticar sobre a não execução de reabilitação, era algo também de extraordinário. -----

----- Quanto aos fogos das Galinheiras e da Ameixoeira, em princípio estariam prontos em Agosto. Tinha-se conseguido também concluir o PER 13, o problema das Calvanas, que estava para resolver havia anos, como se conseguira resolver a questão do Vale do Forno em Carnide, que era muito problemática. Podia dizer que a situação não tinha andado mais cedo porque estava tudo embrulhado, teve que se perder cerca de um ano com o consórcio para poder legalizar tudo aquilo e construir os 910 fogos. Foi uma situação muito complicada que se herdou e que, Graças a Deus, se conseguira resolver. Os 910 fogos e os 910 casais jovens iriam ser uma realidade naquela zona da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** referiu que a Senhora Vereadora não tinha respondido à sua pergunta, se a Câmara se associava ou não ao esforço da Assembleia Municipal para, junto do Governo Central do País, onde seriam recebidos na próxima quinta-feira, reclamar por medidas extraordinárias do ponto de vista financeiro e legal para se poder tomar com clareza a capacidade de recuperar as 70 mil casas devolutas na Cidade de Lisboa. Essa é que era a questão de fundo. -----

----- A Senhora Vereadora vinha falar das SRUs. O BE também não tinha votado a favor e tinha razões para isso. Acabara de chegar um relatório de um SRU em que só tinha feito duas coisas, gastou 170 mil contos a pagar aos administradores de Agosto a Dezembro e gastou mais uma série de dinheiro a encomendar a uma empresa que

estudasse quais as empresas que haviam de estudar o estado da região. Estavam-se a criar empresas para gastar o dinheiro com os amigos. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que não queria entrar por esse campo, mas aconselhava a Senhora Vereadora a fazer uma operação para tirar a espinha vermelha da garganta. Só isso justificava o carácter e tipo de intervenção que a Senhora Vereadora vinha fazendo. -----

----- Pediu desculpa à Assembleia pelo facto de ter referido 10 mil prédios, porque eram 10 mil fogos. Já tinha sido dito várias vezes e confirmou-se com a própria Câmara Municipal, eram 10 mil fogos recuperados pela Vereação anterior. -----

----- A habitação social não era matéria da reabilitação urbana e a Senhora Vereadora sabia perfeitamente. Hoje sim, incluíram tudo para fazer um molho grande, mas na altura, na Vereação anterior, a reabilitação urbana tinha uma área específica, a reabilitação urbana para os bairros históricos. Hoje estava englobada toda a cidade e qualquer recuperação que fosse feita por qualquer particular era incluída na reabilitação urbana. Isso era de facto “colocar os ovos no ninho dos outros”. -----

----- Perguntou quantas vezes tinham sido já enviadas para a Câmara Municipal perguntas sobre para quando as obras nos bairros municipais, a Quinta do Ourives, a Salgada, etc.. Todos esses bairros foram indicados para a Senhora Vereadora dizer quando seriam as obras de reabilitação. -----

----- Quanto à SRU, o tempo daria razão ao motivo do PCP ter estado contra, porque a Câmara de Lisboa não aceitou a criação de uma comissão de monitorização, que era uma comissão fiscalizadora. Se calhar já tinha muito a colocar à Assembleia, porque o que se sabia da SRU era que já tinha ultrapassado os 150 mil euros de salários sem que nada fosse feito na cidade. -----

----- Na zona oriental de Lisboa, estaria atento à acção da Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, disse que não podia passar em claro o facto da Senhora Vereadora referir por duas vezes como obra feita as grandes intervenções que, segundo as suas palavras, foram realizadas na Freguesia da Ameixoeira. Uma vez ainda se desculpava, podia ter sido um lapso, mas por duas vezes fazer campanha eleitoral, gabar-se de um trabalho que foi realizado na zona das Galinheiras, quando era um trabalho que, se na opinião da Senhora Vereadora era um trabalho positivo, podia dizer que para a grande maioria das pessoas da Freguesia da Ameixoeira era um trabalho extremamente negativo, mais valia que tivessem ficado quietinhos. Se era esse o magnífico trabalho que fizeram nos últimos 3 ou 4 anos em Lisboa, mais valia que tivessem estado quietinhos. -----

----- Provavelmente, a Senhora Vereadora ainda não tinha tido tempo de ler o relatório, mas se tivesse lido o relatório trazido à Assembleia Municipal duas semanas antes, elaborado pelo Presidente da Comissão Permanente de Habitação da AML, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, sobre a questão da insegurança e dos problemas que o próprio empreiteiro levantava nos tais 910 fogos, em que tudo

parecia ter corrido lindamente, mas o que gostava de saber era quantos concursos foram realizados e abertos para conseguir vagas novamente, uma vez que as desistências nos fogos daquela urbanização eram consecutivas por razões de segurança e de falta de infra-estruturas nas envolventes aos prédios. -----

----- A Senhora Vereadora que não se viesse gabar de situações que para a maioria do cidadão comum estavam esquecidas, visto ser lá na ponta da cidade, mas que quem lá vivia sabia perfeitamente a realidade. A realidade era que continuava a ser uma vergonha, com vários concursos a serem sucessivamente lançados porque as desistências eram constantes. -----

----- Nem ia falar na questão de gabar o Vale do Forno, porque o que aconteceu foi mudar o problema de Carnide para as Galinheiras. A Senhora Vereadora sabia perfeitamente as dificuldades que foram criadas àquela zona da cidade e o mínimo era ignorar, não viesse fazer campanha eleitoral com a má qualidade de vida dos moradores da Ameixoeira. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém mais desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 357/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 23 – PROPOSTA 383/2005 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO A FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE, PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARNIDE, O DIREITO DE SUPERFÍCIE, SOBRE A PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, SITA NA QUINTA DE S. LOURENÇO À ESTRADA DA CORREIA, NA FREGUESIA DE CARNIDE; APROVAR A CONSTITUIÇÃO A FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE, LOGO QUE ESTEJA REGULARIZADA A RESCISÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, SITA NA QUINTA DE S. LOURENÇO À ESTRADA DA CORREIA, NA FREGUESIA DE CARNIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- P R O P O S T A N.º 383/ 2005 -----

----- “Considerando que: -----

----- Desde Dezembro de 2001, a C.M.L. conjuntamente com a Junta de Freguesia de Carnide e técnicos da Administração Regional de Saúde (ARS), procederam ao estudo de localização de um centro de saúde para a freguesia de Carnide; -----

----- Esta freguesia, actualmente em expansão, contava em 2001, segundo os dados censitários, com cerca de 20.000 habitantes, e apenas é servida por uma extensão do Centro de Saúde de Benfica, com capacidade para 6.000 utentes e com deficientes acessos; -----

----- A actual extensão do Centro de Saúde de Benfica, a funcionar num pavilhão pré-fabricado na Quinta do Bacelo, não oferece as condições suficientes para ser prestado um bom serviço; -----

----- O Município de Lisboa tem disponível uma parcela de terreno na Quinta de S. Lourenço, a Poente da Casa do Artista, sita na Estrada da Correia, na freguesia de Carnide, com a área de 4.598,00 m²; -----

----- A parcela acima mencionada deverá ser complementada com outra, com a área de 202,00 m², cedida em direito de superfície à APOIARTE (Casa do Artista), mas que já foi deliberada a sua rescisão, através da Proposta n.º 776/2003, aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, em 12/12/2003 e 20/01/2004, respectivamente;

----- A demarcação desta parcela resulta da sobreposição entre a Planta n.º 03/176/02, a Planta n.º 03/177/02 (anexas à Proposta n.º 776/CM/2003) e a Planta n.º 05/048/02, anexa à presente Proposta. -----

----- Esta parcela de terreno poderá ser transmitida à ARS, logo que for outorgada a respectiva escritura de rescisão; -----

----- A Administração Regional de Saúde concorda com a localização e, foi de parecer que a parcela de terreno em causa reúne boas condições, nomeadamente no que respeita a acessos, localização em relação à rede de transportes públicos e área adequada às necessidades, bem como a total independência em relação a outros equipamentos; -----

----- Por despacho de 06/11/2002 proferido pelo Exmo. Sr. Vice-presidente Prof. António Carmona Rodrigues, foi aprovada a localização do Centro de Saúde; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a) e do 53.º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere: -----

----- 1. Constituir a favor da Administração Regional de Saúde, para construção do Centro de Saúde de Carnide, o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, renovável por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes, sobre a parcela de terreno municipal, sita na Quinta de S. Lourenço à Estrada da Correia, na freguesia de Carnide, com a área de 4.598,00 m², designada por parcela 1, representada a tracejado verde na cópia da Planta n.º 05/048/02, do Departamento do Património Imobiliário, a qual se atribuiu o valor de 100.843,24 € (cento mil, oitocentos e quarenta e três euros e vinte e quatro cêntimos); -----

----- 2. Constituir a favor da Administração Regional de Saúde, sob condição de, logo que esteja regularizada a rescisão do direito de superfície nela existente, o direito de superfície pelo prazo que restar para os 50 anos de cedência da parcela anterior, renovável nas mesmas circunstâncias, por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes, sobre a parcela de terreno municipal, sita na Quinta de S. Lourenço à Estrada da Correia, na freguesia de Carnide, com a área de 202,00 m², designada por parcela 2, representada a tracejado azul na cópia da Planta n.º 05/048/02, do Departamento do Património Imobiliário, a qual se atribuiu o valor de

4.430,26 € (quatro mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e seis cêntimos). Cumpre salientar que o valor atribuído respeita a 50 anos. -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- PARCELA 1 -----

----- Norte e Poente – C.M.L. -----

----- Nascente – C.M.L. e Parcela 2 -----

----- Sul – Estrada da Correia e Parcela 2 -----

----- PARCELA 2 -----

----- Norte – C.M.L. e Parcela 1 -----

----- Nascente – APOIARTE (Casa do Artista) -----

----- Sul – Estrada da Correia e APOIARTE (Casa do Artista) -----

----- Poente – Parcela 1 -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. O preço do direito de superfície pode ser pago, na totalidade, no acto da escritura, ou mediante uma renda anual, a calcular de acordo com o disposto no ponto 3 da Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 19 de Março de 1992; -----

----- 2. As parcelas de terreno municipais são entregues no estado em que se encontram; -----

----- 3. A afectação das parcelas de terreno a fim diverso do fixado na presente proposta determina a reversão do direito de superfície; -----

----- 4. A alienação do direito de superfície carece de autorização expressa do Município de Lisboa, que gozará do direito de preferência, em primeiro grau; -----

----- 5. Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno volta à posse do Município sem que a Superficiária tenha direito a qualquer indemnização pelas benfeitorias entretanto efectuadas. -----

----- (Processo Privativo n.º 77/DPI/05) -----

----- VALOR DO TERRENO MUNICIPAL -----

----- A. Valorização do Imóvel Municipal -----

----- O valor das parcelas de terreno municipais destinadas à construção do Centro de Saúde de Carnide, com a área total de 4.800,00 m², irá ser determinado pela aplicação da fórmula de cálculo prevista no art. 45º, capítulo VI do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis): -----

----- $V_t = A \times C_a \times C_l \times V_c \times \%$ -----

----- em que: -----

----- V_t → valor patrimonial tributário dos terrenos -----

----- A → área bruta de construção -----

----- C_a → coeficiente de afectação -----

----- C_l → coeficiente de localização -----

----- V_c → valor base dos prédios edificados (actualizado ao ano 2005) -----

----- % → percentagem do valor do terreno -----

----- Área da parcela de terreno – 4.800,00 m² -----

----- Área bruta de construção – 2.000,00 m² (inf. n.º 222/DPU/2001, fls. 15 processo n.º 10/DMRU/01) -----

----- N.º pisos – 2 -----

----- $V_t = A \times C_a \times C_l \times V_c \times \%$ -----

----- = 2.000,00 m² x 1,10 x 1,25 x 612,50 €/m² x 0,25 -----

----- = 421.094,00 € -----

----- (quatrocentos e vinte e um mil e noventa e quatro euros) -----

----- B. Valor do direito de superfície -----

----- Calculado de acordo com a Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 18 de Março de 1992: -----

----- $V_s = n / 100 \times V_m \times b$ -----

----- em que: -----

----- $V_s \rightarrow$ Valor da cedência -----

----- $V_m \rightarrow$ Valor de mercado -----

----- $n \rightarrow$ Número de anos por que é concedido o direito de superfície (conforme indicação do Gabinete da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa) -----

----- $b \rightarrow$ Percentagem de bonificação considerada por razões sociais; no caso em apreço e por indicação do Gabinete da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, considerou-se o factor de bonificação de 50 % -----

----- Assim, virá: -----

----- $V_s = 50 / 100 \times 421.094,00 \text{ €} \times 0,50 = 105.273,50 \text{ €}$ -----

----- (cento e cinco mil, duzentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos)” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que no dia 1 de Fevereiro tinha afirmado que “em Carnide já somos mais de 20 mil, possuímos um local próprio para o centro de saúde, possuímos problemas que se resolvem num centro de saúde, possuímos um baú de promessas para a sua construção, só não possuímos o que precisamos, o centro de saúde.” Hoje, passados mais de 5 meses, a luz começava a aparecer no fundo do túnel. -----

----- Leu a seguinte intervenção: -----

----- “ Há vários anos que a Junta de Freguesia de Carnide e os moradores de todos os bairros da Freguesia reivindicam junto de vários organismos a construção de um centro de saúde. O resultado destas diligências, e para se poder dar continuidade ao processo, estava dependente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Freguesia de Carnide tem actualmente mais de 20 mil residentes e, em termos de serviço de saúde, apenas conta no seu espaço geográfico com uma extensão do Centro de Saúde de Benfica, que serve a população dentro das suas capacidades de resposta e que neste momento se restringe a 5500 utentes. A extensão de Carnide do Centro de Saúde de Benfica funciona há alguns anos em instalações pré-fabricadas e a sua localização não é a melhor em termos de acessibilidades, visto que não é servido de transportes públicos. Os utentes têm que se deslocar até lá a pé, o que é bastante penoso para pessoas idosas, grávidas e crianças. -----

----- Com o crescimento demográfico da Freguesia, a extensão torna-se manifestamente insuficiente para as necessidades dos utentes. Carnide é hoje a sexta maior freguesia da cidade e tem mais habitantes que muitos concelhos do nosso País. Carnide tem, por exemplo, quatro vezes mais população do que todo o Concelho de Manteigas, tem mais residentes do que o Concelho de Alcochete, Grândola ou Estremoz e tantos habitantes como o Concelho de Mangualde ou Coruche. Contudo, não tem um centro de saúde. -----

----- Durante os meses de Dezembro e Janeiro foi realizado um abaixo-assinado que reuniu cerca de 2000 assinaturas, entre elas assinaturas dos dirigentes da Casa do Artista, como Raul Solnado e Manuela Maria, e de muitos autarcas, entre eles a do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde se exigia uma rápida solução deste problema. A 1 de Fevereiro de 2005, e em nome dos moradores de Carnide, fiz a entrega deste abaixo-assinado a todos os Senhores Vereadores, à Assembleia Municipal e a todos os grupos municipais. Entreguei também um exemplar à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura e solicitei que a mesma acompanhasse este processo. Nesse mesmo dia esta mesma Assembleia aprovou por unanimidade uma moção apresentada pelo Partido Comunista Português que solicitava que a Câmara Municipal disponibilizasse o terreno para a construção do centro de saúde. -----

----- Hoje, dia 12 de Julho, a luz começa a surgir ao fundo do túnel. O sonho começa a tornar-se realidade. Valeu a pena não cruzar os braços e valeu a pena todos os esforços desenvolvidos pela Junta e pelos moradores. Alguns deles fizeram questão de estar hoje aqui presentes, o que prova mais uma vez a importância que os carnidenses dão a este projecto. -----

----- Contudo, não posso deixar de agradecer à Câmara Municipal de Lisboa por finalmente apresentar a proposta de cedência do terreno, aos elementos da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura da Assembleia pelo seu envolvimento nesta causa, tendo realizado várias reuniões para discussão deste assunto. Este envolvimento é mais um exemplo da importância que as comissões desta casa podem e devem assumir na vida da Cidade de Lisboa. -----

----- Ao Partido Comunista Português pela apresentação da moção que aqui foi aprovada por unanimidade e a todos os Senhores Deputados pelo interesse demonstrado. A todos o meu agradecimento pessoal, da Junta de Freguesia, mas sobretudo em nome de todos os carnidenses. -----

----- Mas a luta não fica por aqui. Hoje termina apenas, espero eu, a primeira fase da nossa luta. Os carnidenses esperam poder continuar a contar com o empenho de todos os Senhores Deputados Municipais e Vereadores, desta vez junto do Ministério da Saúde e da Administração Regional de Saúde, para que o projecto avance e que sejam desbloqueadas as verbas necessárias. -----

----- Os moradores de Carnide não pedem mais que um direito fundamental, um centro de saúde. -----

----- A luta continua. Obrigado a todos.” -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, disse que a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, desde que o assunto fora apresentado sobre o tão necessário centro de saúde na Freguesia de Carnide, empenhou-se na resolução do problema, tendo efectuado uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e a Senhora Vogal da Saúde, respectivamente Paulo Quaresma e Virgínia Pinto. Em consequência dessa reunião surgiu a ideia de juntar à mesma mesa a Câmara, a ARS, a Junta de Freguesia e a própria Comissão. -----

----- Nessa reunião, onde a Senhora Vereadora não pôde estar presente e se fez representar pelo seu adjunto, foi dito da parte da Câmara que iria fazer todas as diligências para ainda antes das férias trazer a proposta de cedência de terreno à ARS, que também se comprometeu a que logo que houvesse a cedência iria inserir a construção do novo centro de saúde de Carnide em PIDDAC. -----

----- Dessa maneira, a Comissão de Intervenção Social e Cultura congratulava-se. Primeiro porque a proposta vinha hoje à Assembleia e, em segundo lugar, porque efectivamente o trabalho das comissões, o trabalho em conjunto entre a Comissão, a Câmara, a Junta de Freguesia e um Departamento do Governo tinha dado frutos em prol dos moradores da Freguesia. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, disse que também era um dia especialmente feliz para si própria, porque acompanhara desde sempre o estado em que se encontravam os centros de saúde na Cidade de Lisboa. Como sabiam, os centros de saúde não eram uma competência específica da Câmara Municipal de Lisboa e sim da Administração Regional de Saúde. -----

----- O Centro de Saúde de Carnide fora sempre uma prioridade para o Executivo, tal como o Centro de Saúde dos Lóios. Infelizmente, relativamente ao Centro de Saúde dos Lóios, a Câmara teve que se substituir à Administração Central e executar todas as obras. Calculava que, independentemente da Câmara se ter substituído em termos de verbas à Administração Central, o centro de saúde entrasse em funcionamento o mais rapidamente possível, ou que pelo menos estivesse concluído o mais rapidamente possível. -----

----- Queria também dizer à população de Carnide e ao Senhor Presidente da Junta que era com grande satisfação que hoje, finalmente, se conseguia transferir a parcela de terreno, que era um compromisso do actual Executivo, para a Administração Regional de Saúde. O que agora se esperava, e tinha que ser com o apoio de todos, era que a ARS desta vez se compromettesse a inscrever em PIDDAC as verbas necessárias para a construção do centro. Calculava que a proposta fosse aprovada por unanimidade e, depois da transferência do terreno, estava nas mãos da ARS inscrever em PIDDAC as verbas necessárias para a construção do centro, que iria, como disse o Senhor Presidente de Junta, servir cerca de 20 mil habitantes da Freguesia de Carnide que neste momento estavam muito mal servidos, com uma extensão do Centro de Saúde de Benfica. -----

----- Era um dia de felicidade para todos, por se ter conseguido concretizar um sonho da população de Carnide, que era um sonho de todos e que não se concretizara antes apenas por dificuldades da ARS. -----

----- Tinha que salientar também o empenho de todos os membros da Comissão da Assembleia Municipal, porque fora com muita pressão junto da ARS que se tinha conseguido obter a promessa de que, eventualmente no próximo orçamento, iriam inscrever a verba para a construção do centro. -----

----- Hoje estavam todos de parabéns. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que se estava perante um belo exemplo do que devia e podia ser a política, ou seja, a articulação de esforços ao serviço de uma comunidade. Estava a ser feita justiça a um público com tão densas complicações, uma vez que a extensão do Centro de Saúde de Benfica não tinha condições para assegurar as necessidades básicas de uma população com tantas dificuldades ao nível da saúde. -----

----- A saúde era um bem primeiro que todos necessitavam de ter assegurado e por isso todos estavam se parabéns, mas queria dizer de um modo especial a todos os que estavam representados na pessoa do Senhor Presidente da Junta e de todos os moradores presentes que era a eles que se devia o passo hoje dado. Eram eles que tinham consciencializado e todos, cada um ao nível das suas funções, não tinham mais que dar o passo. Era para isso que tinham sido eleitos e deviam prestar contas à população. -----

----- O passo que foi dado seria mais longo se a luta continuasse, por parte da população e por parte do que cada um devia fazer. O dever cumprido era só no final, a luta continuava -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que, como membro da Comissão de Intervenção Social e Cultura, também se congratulava pela aprovação da proposta, mas o problema ainda não estava resolvido. Ia-se aprovar a cedência do terreno, daí até à construção e à abertura para servir efectivamente a população podia demorar muito ou pouco tempo e para isso propunha que a Comissão estivesse atenta e continuasse a apoiar a proposta, solicitando através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma reunião antes de férias com o Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Tinha que estar garantida a verba para se poder construir o equipamento e depois tinha que ser garantida a verba para que fosse equipado e para que houvesse técnicos, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores, para poder servir efectivamente a comunidade. -----

----- Se alguns na Assembleia Municipal por vezes punham em causa as reuniões e o funcionamento das comissões, ou o trabalho das comissões, tinham hoje um belo exemplo de como juntando os esforços, chamando a ARS, solicitando à Câmara que estivesse presente, para que todos em conjunto analisassem o problema, era mais rápida a resolução do problema. Ainda bem que alguns lutavam para que houvesse comissões permanentes, porque hoje via-se conseguir aquilo que era difícil fazer, ou seja, reunir todos numa sala em volta de uma mesa e exigir a responsabilidade a cada uma das partes. -----

----- Parecia-lhe que a Comissão de Intervenção Social e Cultura, ainda no actual mandato, podia e devia marcar a reunião para que se assumissem os compromissos e para que o próximo orçamento contemplasse as verbas para se poder construir o equipamento tão necessário à população da Cidade de Lisboa, no caso à população de Carnide, porque melhor saúde era população mais saudável. Essa era uma das partes que dava qualidade de vida, sem saúde não podia haver qualidade de vida. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que era sempre um motivo de satisfação quando se via dar um passo, ainda que o primeiro, para a resolução de problemas da população, independentemente da freguesia a que pertencesse e que neste caso era Carnide. Dava os seus parabéns e devia continuar-se atento, para que a esse passo seguissem muitos outros. -----

----- Noutras situações já tinham sido dados os passos, mas faltava o mais importante, que era abrir, como era o caso do Centro de Saúde do Bairro dos Lóios, que a Senhora Vereadora referira e que dissera que a Câmara teve que se substituir. Na verdade, a Câmara não teve que se substituir, a Câmara através do seu Presidente, Dr. Pedro Santana Lopes, assumiu a responsabilidade de se substituir ao Ministério da Saúde, perante uma intervenção sua no local, quando estava a inaugurar um equipamento social no Bairro dos Lóios e o tinha questionado sobre a abertura do centro de saúde. O PSD tinha votado na altura, na Assembleia da República, contra uma proposta que o PCP tinha apresentado para que no Orçamento de Estado constasse uma verba para equipar aquele centro de saúde e para a criação de um quadro de pessoal, uma vez que sem isso não havia centro de saúde para ninguém. O Senhor Presidente da Câmara na altura, Dr. Pedro Santana Lopes, tinha-o sossegado a si e mais cento e tal pessoas que lá estavam, dizendo que já tinha reunido com a Senhora Ministra da Saúde e a Câmara iria substituir-se ao Ministério da Saúde para fazer as obras que faltavam, comprar os equipamentos, etc., para abrir ainda nesse ano. Essa promessa fora feita no dia 30 de Abril de 2003, dizendo que até ao fim desse ano seria aberto o centro de saúde. -----

----- A pergunta que fazia era porque tinham votado contra a proposta do PCP para que constasse uma verba para equipar o centro de saúde, criar um quadro de pessoal e acabar as obras que faltavam, continuando-se hoje à espera que abrisse o centro de saúde. Para abrir um centro de saúde era necessário que o Ministério da Saúde estivesse por dentro e ter uma verba para contemplar os encargos em termos de Orçamento de Estado. -----

----- Congratulando-se por ver por ver a cedência de terreno para a possível resolução de um problema num determinado bairro da cidade, lamentava que o Centro de Saúde dos Lóios, que serviria a parte nova da freguesia, apesar de estarem prontas as infra-estruturas desde 2003, continuasse por abrir por faltar a tal verba para a criação do quadro de pessoal, para equipamento, etc.. -----

----- Iria continuar a lutar, como lutou a população de Carnide, para que o centro de saúde fosse aberto o mais rapidamente possível. -----

----- Tinha dito que quando viesse à Assembleia Municipal uma cedência de terreno, fosse para quem fosse, iria lembrar a Câmara da promessa sobre a cedência do terreno

para a sede da Junta de Freguesia de Marvila. Perguntou quando seria cumprida essa promessa. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar queria dar os parabéns à população de Carnide presente, e à que não podia estar, pela vitória que pensavam ter conquistado, e avisar o seu camarada Paulo Quaresma, que conhecia perfeitamente a situação, por conversas que tinham tido ao longo do mandato, do Centro de Saúde da Ameixoeira-Charneca, extensão do Centro de Saúde do Lumiar, localizado na Freguesia de Camarate, Concelho de Loures. -----

----- A extensão do Centro de Saúde do Lumiar, a servir as populações da Ameixoeira e Charneca, que na sua totalidade seriam 25 a 30 mil pessoas, em franca expansão de crescimento em qualquer uma das zonas, tinha projecto elaborado para o edifício e terreno reservado, havia inclusivamente questões que a Senhora Vereadora alertou, dos terrenos ainda não estarem todos na posse da Câmara e ao longo do actual mandato tinha-se já assistido a algumas propostas da Câmara para permutas de terreno no sentido de efectivar essa situação. -----

----- Já que estavam presentes algumas pessoas da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, lembrava que também o tinham recebido como Presidente da Junta da Ameixoeira, ao Deputado Municipal David de Castro como Presidente da Junta da Charneca, numa reunião conjunta com a Senhora Vereadora, em que foi prometido que no próximo mês, já lá iam quase dois anos, todos estariam sentados com alguém da ARS para discutir a construção que já estava programada com a empresa SGAL. Não eram precisas verbas da Administração Central para efectivar a construção do Centro de Saúde da Ameixoeira-Charneca, mas até hoje estava-se à espera. -----

----- Na sequência da intervenção da Deputada Municipal Ana Sara Brito, queria lembrar à Comissão que, quando pedissem a reunião ao representante da ARS, não se esquecessem que também já tinham recebido as juntas de freguesia da Ameixoeira e da Charneca cerca de dois anos antes e entretanto nem uma pedra fora colocada no tal terreno reservado. Portanto, queria dar os parabéns, mas avisar de que a luta seria muito longa e a sua já tinha começado havia mais de 5 anos, com mais de mil assinaturas num abaixo-assinado, sem que uma pedra ainda lá estivesse. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém mais desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 383/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que a proposta 373/2005 baixava à Primeira Comissão e passaria para a Ordem de Trabalhos de dia 19. -----

----- **PONTO 22 – PROPOSTA 381/2005 – APROVAR O RECONHECIMENTO DO DIREITO À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ESTALEIRO DE APOIO À OBRA DE CONSTRUÇÃO LICENCIADA NO ÂMBITO DO**

PROCESSO Nº1060/OB/00, DURANTE O PERÍODO DA RESPECTIVA EXECUÇÃO, NA PARTE RESPEITANTE À PARCELA DE TERRENO A CEDER GRATUITAMENTE AO MUNICÍPIO DE LISBOA, COM A ÁREA DE 127,75M2, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº2 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

----- PROPOSTA N.º 381/2005 -----

----- “Considerando que: -----

----- De harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de Lisboa tomadas nas suas reuniões de 03/04/2002, 10/07/2002 e 05/01/2005, que aprovaram, respectivamente, as Propostas n.ºs 74/2002, 249/2002 e 16/2005, esta última também aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em 22/02/2005, para viabilização da obra de construção de um edifício sito na Calçada do Tojal, n.ºs 58/66, freguesia de Benfica licenciada através do Processo n.º 1060/OB/00, a sociedade “António Lopes & Lino, Lda.”, cede ao Município de Lisboa, a título gratuito, uma parcela de terreno destinada a integrar o domínio público municipal, com a área de 127,75 m², delimitada a orla de cor amarela na cópia da Planta n.º 02/019/05 do Departamento de Gestão Imobiliária da D.M.F.P.C.G.; -----

----- A aludida sociedade por quotas veio requerer a isenção de taxas municipais pela ocupação da parcela destinada a via pública a ceder ao Município com estaleiro de apoio à obra a executar, matéria relativamente à qual, as supra referidas deliberações dos órgãos municipais são omissas; -----

----- Atento o circunstancialismo específico, e dado que a obra de edificação se situa numa zona estabilizada da Cidade de Lisboa, a parcela de terreno a ceder gratuitamente ao Município de Lisboa se revela imprescindível à instalação de estaleiro de apoio à construção; -----

----- Por conseguinte, e à semelhança de casos análogos, o reconhecimento do direito à isenção das taxas municipais devidas pela ocupação do domínio público municipal com estaleiro de apoio à obra de edificação e durante o respectivo período de execução, observa os princípios de justiça e proporcionalidade que devem nortear as relações entre a Administração e os particulares, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto nos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea e), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal: -----

----- O reconhecimento do direito à isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela ocupação da via pública com estaleiro de apoio à obra de construção licenciada no âmbito do Processo n.º 1060/OB/00, durante o período da respectiva execução, na parte respeitante à parcela de terreno a ceder gratuitamente ao Município de Lisboa, com a área de 127,75m², identificada a orla amarela na cópia da Planta n.º 02/019/05 do Departamento de Gestão Imobiliária da D.M.F.P.C.G.. -----

----- (Processo Privativo n.º 6/DGI/02)” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 381/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 24 – PROPOSTA 386/2005 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO RALLY LISBOA-DAKAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº2 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA Nº 386/2005 -----

----- “Considerando que, -----

----- Lisboa irá acolher a partida da 28ª edição do Rally Dakar; -----

----- A partida do Rally Lisboa - Dakar, na medida em que se trata da maior prova automobilista do Mundo, representará uma oportunidade única para promover internacionalmente Lisboa, a sua cultura e património, e, como tal, mais um marco importante nesta Cidade eleita como ponto de partida ou centro de grandes eventos; ---

----- O Município, reconhecendo que este evento, pela visibilidade e reconhecimento mundial que encerra, constituirá uma enorme mais valia para a Cidade de Lisboa, considera ser de interesse público o apoio à respectiva organização, por forma a garantir o seu sucesso nacional e internacional; -----

----- Nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 64º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitui competência da CML apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, designadamente de carácter social, cultural, recreativa e desportiva; -----

----- Afigura-se adequado, por isso, correspondendo ao pedido da JL, consagrar formas de cooperação com a organização do Rally através de meios na disponibilidade do Município; -----

----- Previamente à apreciação da presente Proposta pelo órgão executivo do Município, foi implementado procedimento de modificação do Orçamento em vigor, -----

----- Tenho a honra de propor que o Município delibere: -----

----- 1 – Ao abrigo da alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a realização de uma transferência corrente no montante de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) para a sociedade João Lagos, Sports, SA, a concretizar nos seguintes termos: -----

----- a) € 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil euros) até 30 de Junho de 2005; -----

----- b) € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), até 15 de Dezembro de 2005, -----

a processar através da rubrica 08.03/04.01.02 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção “Outros Eventos”, código 08/01/ A 204 do Plano de Actividades. -----

----- 2 – Ao abrigo da supra referida disposição legal, conjugada com o artigo 67º do mesmo diploma legal, autorizar a celebração do Protocolo cuja minuta se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando a respectiva eficácia, no que respeita a matérias da competência da Assembleia Municipal, dependente da competente aprovação por parte desse órgão. -----

----- 3- Ao abrigo das alíneas c) do artigo 16º e i) do artigo 19º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, e das alíneas b) do nº 4 e a) do nº 6 do artigo 64º, todos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar submeter à deliberação da Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 53º da referida lei, a isenção do pagamento de Taxas para as Licenças Municipais respectivas e relativas à efectiva realização, na Cidade de Lisboa, da 28ª edição do Rally Lisboa - Dakar.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 386/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que ficara assente na Conferência de Representantes que a sessão ordinária de Setembro se realizaria no dia 6 de Setembro e que, se fosse necessário, seria feita uma sessão na mesma noite do dia 6 para terminar os trabalhos da Assembleia Municipal nesse dia. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada em 21 de Junho passado. -----

----- Eram 17 horas e 20 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----

